



Câmara Municipal de Caminha

ATA NÚMERO 05/13-17 DA REUNIÃO DESCENTRALIZADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE MAIO DO ANO DOIS MIL E CATORZE

*Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano dois mil e catorze, no Edifício do CIRV (Centro de Instrução e Recreio Vilarmourense), reuniu a Câmara Municipal sob a presidência de **LUIS MIGUEL DA SILVA MENDONÇA ALVES** e com a presença dos Senhores **GUILHERME CESÁRIO LAGIDO DOMINGOS, ANA SOFIA GARCIA BARROS SÃO JOÃO, RUI PEDRO TEIXEIRA FERREIRA DA SILVA, FLAMIANO GONÇALVES MARTINS, LILIANA SOFIA BOUÇA SILVA E MANUEL SOUSA MARQUES.***

Iniciada a reunião, às 18 H 00 M, pelo Senhor Presidente **Luís Miguel da Silva Mendonça Alves** foram tratados os assuntos a seguir indicados:

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Senhor Presidente** cumprimentou os presentes e explicou que as reuniões descentralizadas tinham sido criadas precisamente para estar com os cidadãos, para perceberem de forma mais clara e direta as preocupações de cada um, os temas que os interessavam e desafiavam. Referiu que as reuniões descentralizadas tinham a particularidade de serem no terreno e de terem como único ponto na ordem de trabalhos a audição dos munícipes que se inscreviam para intervir, preferencialmente sobre assuntos da freguesia onde a reunião decorria. Mencionou que estavam inscritas sete pessoas, cujas intervenções tinham sido ordenadas de



Câmara Municipal de Caminha

forma a poderem debater algumas das temáticas em conjunto. Referiu que tinham uma inscrição que tinha sido feita fora do tempo que o regimento estabelecia e como tinha uma temática que não dizia respeito a Vilar de Mouros, mas sim a Caminha e Moledo, sugeriu que o cidadão, o Senhor José Alves, se entendesse que eram matérias importantes, falasse com o Senhor Presidente no final. Por fim, deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

O **Senhor Presidente da Junta, Carlos Alves**, cumprimentou os presentes e leu:

“Quero antes de mais em nome da junta de Freguesia dar as boas vindas a todo o executivo e dizer que é com enorme satisfação que estamos a receber a presente reunião descentralizada da Câmara Municipal e quero desde já felicitar o Senhor Presidente da Câmara pela feliz e importante iniciativa que se propôs levar a cabo em todo o concelho. É na nossa opinião uma medida de grande alcance democrático o facto de contactar com as populações e que a juntar a muitas outras atitudes e postura do atual executivo fazem desde já a diferença o que contribuirá sem dúvida para um clima muito diferente daquele a que estávamos habituados e que resultará em benefícios evidentes no campo da resolução dos muitos problemas que a todos nos afligem, no progresso, desenvolvimento e bem-estar do concelho e também na sã convivência de todos os munícipes.

Quero também aproveitar a presença de todo o executivo municipal em Vilar de Mouros para agradecer desde já ao Senhor Presidente da Câmara não só a postura de diálogo que tem travado com esta Junta de Freguesia, como também a já significativa colaboração e apoio na resolução de diversas beneficiações mais urgentes, que entretanto foram levadas a cabo nestes sete meses de gestão autárquica, tais como:

- Apoio na plantação de oliveiras na estrada da chousa;
- Apoio no abate de dois plátanos no largo do casal;
- Remendagem de buracos em paralelo no centro da freguesia;
- Remendagem de buracos em betuminoso em várias artérias da Freguesia;
- Retificação de berma junto ao café central;



Câmara Municipal de Caminha

- Obras para a criação de condições para a mudança de contentores que se encontravam no recinto da casa do Barrocas;
- Apoio nos transportes escolares nomeadamente em condutor para a carrinha;
- Proporcionadas várias atividades para os idosos do centro de convívio;
- Esvaziamento de fossa coletiva na Aveleira por duas vezes;
- Ligação de Fontenário no sítio do Encontro.

Além de tudo isto temos trabalhado em conjunto em várias áreas, nomeadamente na questão do Festival e outros assuntos de interesse desta Freguesia e em todos os momentos o Senhor Presidente mostrou-se sempre totalmente disponível e com uma abertura, dialogo e espírito democrático como nunca conheci de outros responsáveis autárquicos. Quero, pois, aqui, em nome da junta de freguesia, registar e agradecer toda essa postura.

Mas Vilar de Mouros não se limita apenas a aguardar que os apoios cheguem e os vilarmourenses arregaçaram as mangas e com um enorme sentido de responsabilidade, cidadania e bairrismo foram já levadas a cabo um importante conjunto de beneficiações que faço aqui questão de dar a conhecer, partilhando assim desta forma com o executivo municipal o esforço nobre que a população desta terra esta a levar a cabo, sendo que em muitos casos as iniciativas e embelezamento em causa muito contribuirão para a promoção não só da Freguesia, mas também do próprio concelho de que fazemos parte e daí que considere muito importante ser dado a conhecer neste espaço. E passo a referir:

- Plantação de mais de duzentas árvores autóctones;
- Pintura da casa mortuária;
- Limpeza e poda de árvores no Largo Dr. António Barge, Casal e outros largos;
- Apoios no transporte de idosos;
- Restabelecimento de ligação de água em três fontenários centenários no Lugar do Agrêlo;



Câmara Municipal de Caminha

- Execução de um novo fontenário no Largo Dr. António Barge;
- Limpeza dos largos do Casal, Largo de Chelo e recinto da Casa do Barrocas;
- Construção de muro no parque de merendas do largo Dr. António Barge;
- Limpeza de valas hidráulicas junto à Ponte Medieval;
- Desaterro de terras acumuladas pelas enchentes no parque de merendas do largo Dr. António Barge;
- Manutenção do gradeamento em madeira no Largo do Encontro;
- Construção de fontenário no Largo do Encontro;
- Manutenção de portas e janelas em madeira da sede da junta;
- Colaboração na condução do trator por diversas pessoas;
- Reconstrução de bancos vandalizados nos parques de merendas num total de nove;
- Colaboração na recuperação de muros de granito no centro da freguesia;
- Limpeza das traseiras do palco do Largo do Casal;
- Uma jornada de trabalho na limpeza das margens do rio Coura a montante da ponte.

A juntar à prestação de trabalho voluntário em todas estas realizações é de referir ainda a colocação ao serviço da Freguesia, por parte de diversos vilarmourenses, de tratores agrícolas, máquinas industriais como retro escavadoras e outras ofertas diversas, como oliveiras adultas e até alguma alimentação e bebidas para os voluntários.

Aqui está pois uma longa lista de realizações e beneficiações com prestação de trabalho voluntário que muito contribuirão para ir mudando esta terra para melhor e em nome da junta de freguesia aproveito para realçar e agradecer a todos os que têm colaborado.

E, já que falo de trabalho voluntário, não poderia deixar de aqui deixar também uma palavra de grande apreço pelo trabalho do GEPPAV, também ele voluntário. Este grupo de vilarmourenses, desde há uns anos a esta parte, vem levando a cabo uma obra de transcendente importância, pesquisando, recolhendo e publicando o que de



Câmara Municipal de Caminha

mais importante os nossos antepassados nos legaram e que é de uma riqueza excecional, para esta Freguesia e concelho. Os vilarmourenses orgulham-se da sua existência e do seu trabalho.

Vilar de Mouros possui de facto um vasto património que tem sido completamente ignorado por executivos anteriores e que nós consideramos um erro de grande dimensão, já que todo investimento aqui realizado seria um investimento de grande importância para a promoção e atracção do nosso concelho e não só não representaria um custo, mas sim uma mais-valia importante para todo o concelho, com retornos importantes a curto prazo.

Estamos convencidos que o Senhor Presidente da Câmara, pelo que já nos deu a conhecer da sua sensibilidade, que muito poderemos esperar do atual executivo por ele presidido no que toca à gestão global do concelho mas em especial à sua sensibilidade para a valorização e potencialização da enorme riqueza espelhada nos imensos recursos paisagísticos monumentais, históricos e culturais como é exemplo também esta linda e prestigiada terra. Sabemos que o Senhor Presidente da Câmara está atento a todos estes valores e tem importantíssimos projetos para todo o concelho, incluindo para Vilar de Mouros, que muito pode receber da sua dinâmica e da mesma forma também muito poderá dar ao concelho, o que sinceramente muito desejamos.

E gostava de referir aqui algumas das potencialidades de Vilar de Mouros com que o concelho pode contar:

- Festival de Vilar de Mouros;
- Rio Coura: um curso de água riquíssimo para potenciar em diversas vertentes;
- Recinto do Festival: um espaço a qualificar para múltiplas atividades;
- Património edificado;
- Património cultural e profissional;
- Património paisagístico.



Câmara Municipal de Caminha

Queremos pois aproveitar a presença aqui do executivo municipal em Vilar de Mouros para o alertar para o muito que esta terra para dar, sendo que tudo o que precisamos (e que apontarei a seguir) apenas reputamos de investimento de que todo o concelho terá o seu retorno, sendo, pois, nessa perspetiva muito importante que as questões que a seguir colocamos sejam devidamente equacionadas sob pena de sermos todos a perder.

- Saneamento básico: a freguesia é atravessada por um curso de água importante que esta a ser contaminado e existem problemas sérios de saúde pública.
- Apoios na melhoria da rede viária, que é das mais extensas de todo o concelho;
- Uma carrinha para os transportes escolares, importante para contribuir para a manutenção do centro escolar;
- Um parque infantil, já que se trata da única freguesia da dimensão desta que o não possui;
- Criação de um passeio pedonal desde o CIRV até à igreja a passar pelo centro escolar;
- Criação do museu do ferreiro;
- Requalificação da Casa do Barrocas;
- Equacionar a limpeza e valorização do rio Coura;
- Uma nova travessia no rio Coura;
- Requalificação dos largos do casal e Dr. António Barge;
- Requalificação e oficialização da praia fluvial das Azenhas;
- Melhoria da iluminação pública.

Termino desejando uma boa reunião e muitos êxitos ao executivo, porque eles serão também êxitos de todos os munícipes e, em consequência, desta nossa linda terra. Muito obrigado.”



Câmara Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente** agradeceu as palavras do Senhor Presidente da Junta e deu a palavra ao primeiro munícipe inscrito.

O **Senhor Plácido Souto**, em representação do GEPPAV (Grupo de Estudo e Preservação do Património Vilarmourense), e leu:

“O GEPPAV recebeu na primeira semana de abril do presente ano uma comunicação oficial da Direção Geral do Património Cultural relativa à proposta por nós feita em novembro de 2011 para a classificação patrimonial das Oficinas de Ferreiros Fontes e Torres, no Lugar da Torre, em Vilar de Mouros.

Nesse ofício, assinado pelo diretor geral, Nuno Vassalo e Silva, que subscreve o parecer técnico da Direção Regional de Cultura do Norte e os pareceres concordantes do diretor regional, António Ponte, e do diretor de serviços, Miguel Rodrigues, propõe-se para ambas as oficinas a sua **classificação como interesse municipal**, aí constando o seguinte:

«Atendendo ao seu valor histórico, socioeconómico, tecnológico, no âmbito do património cultural, neste caso industrial, e sendo um dos projetos – a reabilitação da Oficina Fontes – da autoria de José Porto, arquiteto com uma importância a nível nacional e internacional pelos projetos realizados, o espólio que ainda conserva, considera-se que o significado cultural é local, regional, pelo que se propõe a classificação das Oficinas Torres e Fontes como **conjunto de interesse municipal**, devendo ser enviado à autarquia o processo para que esta promova a respetiva classificação.»

Na sequência desta comunicação, que reputamos da maior importância para a preservação do património cultural e arquitetónico da nossa freguesia, perguntamos ao Senhor Presidente – que bem conhece as Oficinas Fontes e Torres, por si visitadas no dia do último Almoço de Reis – se a Câmara, quando receber esta comunicação, como prevê a legislação em vigor, **vai rapidamente dar andamento ao processo de acordo com o disposto no Capítulo V do Decreto-Lei 309/2009 de 23 de outubro?**



Câmara Municipal de Caminha

Esta pergunta sobre a urgência da classificação de ambas as oficinas como **imóveis de interesse municipal**, justifica-se pelo progressivo estado de degradação da Oficina Fontes e porque, voltado a citar o parecer técnico da Direção Regional de Cultura do Norte:

«... o espólio que ainda conserva é importante que seja inventariado e salvaguardado face às intenções da venda dos imóveis, uma vez que integram a história da atividade industrial, económica e social de Vilar de Mouros, pelo que também se chama a atenção da autarquia de Caminha para esta matéria.»

Finalmente, tendo em conta que a classificação como imóvel de interesse municipal, sendo um meio muito importante, não resolve só por si o fim a que nos propusemos – a musealização daquele conjunto e efetivação do conceito «Vilar de Mouros – Aldeia Industrial», como memória do passado da freguesia e ativo económico para o seu futuro – pode o Senhor Presidente adiantar quando prevê ter a Câmara possibilidades financeiras para empreender a municipalização das Oficinas Fontes e Torres, condição prévia para a sua reabilitação?”

O **Senhor Presidente** referiu que esta matéria cruzava várias competências: do Senhor Presidente, que tinha competências sobre a cultura e preservação do património; do Senhor Vice-Presidente, que também tinha alguma intendência por se tratar da possibilidade de construir ou reabilitarem edificado; do Senhor Vereador Rui Teixeira, que estava ligado à questão das obras públicas e fundos comunitários. Cumprimentou não só o Senhor Plácido, mas sobretudo o GEPPAV, pelo trabalho de mérito realizado na freguesia, assim como todo o associativismo e voluntarismo. Disse que tinham recebido, da Secretaria da Cultura, a decisão de arquivamento do procedimento de classificação das duas oficinas mencionadas. Disse que a boa notícia deste arquivamento era a oportunidade que isto dava ao município para poderem classificar este edificado como património de interesse municipal. Referiu que isto não interessava apenas a Vilar de Mouros, mas também ao município, porque, embora nos dias de hoje associava-se Vilar de Mouros ao festival, a imagem de Vilar de Mouros do século anterior estava muito ligada a este legado industrial,



Câmara Municipal de Caminha

tendo sido conhecido em todo o lado em Portugal pela qualidade do trabalho que faziam ao nível do ferro. Disse que fazia todo o sentido recuperarem esta memória, através do edificado, no entanto, fazia mais sentido poderem relacioná-la à produção industrial e, se possível, ao futuro. Disse que, por isso, a Câmara Municipal tinha toda a intenção de classificar este edificado como património de interesse municipal. Explicou que, para que isto pudesse acontecer, iam ter de assumir algumas responsabilidades, porque não valia a pena classificar este edificado e não realizar qualquer intervenção. Acrescentou que, face às dificuldades financeiras da autarquia, esta intervenção só poderia ser financiada. Esclareceu que o quadro comunitário em vigor estava a terminar, por isso não valia a pena pensar neste quadro, pois os projetos que fossem candidatados deviam ter alguma maturidade. Disse que não sabiam exatamente o que o próximo quadro comunitário iria ditar, no entanto sabiam que era muito pouco generoso no que dizia respeito à recuperação urbana, portanto teriam de ser engenhosos. Disse que tinham de pensar rapidamente num projeto para este edificado e referiu que era a favor da recuperação da memória, sempre ligada ao futuro, porque acreditava que tudo o que tivesse a ver com investimento em possibilidades de emprego e formação em recursos humanos, ao mesmo tempo que se estabelecia uma relação com tradição e memória, podia valer a pena. Disse que, por estes motivos, estavam a preparar uma espécie de caderno de encargos para perceberem o que era necessário fazer para que esta candidatura tivesse sucesso. Referiu que esta matéria tinha sido discutida com o Senhor Presidente da Junta e com o próprio GEPPAV e que esperava que, quando tivessem a próxima reunião descentralizada, tivesse algumas boas notícias. Por fim deu a palavra ao Senhor Jorge Barros.

O **Senhor Jorge Barros** saudou os presentes e felicitou a Câmara de Caminha por realizar este tipo de reunião. Referiu que ia colocar duas questões relacionadas com o Festival de Vilar de Mouros e os lugares envolventes, o Lugar do Casal e o Lugar António Barge. Disse que gostaria de saber se havia novidades relativamente ao festival, porque estava tudo na expectativa. Em relação ao Lugar do Casal, disse



Câmara Municipal de Caminha

que o edifício se encontrava abandonado há muito tempo e, relativamente ao Lugar do António Barge, referiu que a junta de freguesia e voluntários tinham feito um excelente trabalho no melhoramento daquele espaço. Perguntou se a Câmara de Caminha tinha pensado em algum projeto para valorizar e promover aqueles espaços, pois não só a freguesia ficaria a ganhar com isso, mas também o concelho em geral.

O **Senhor Basílio Barrocas** felicitou todo o executivo pela realização destas reuniões descentralizadas, especialmente porque as pessoas cada vez mais acreditavam menos na política e nos políticos, por isso considerava esta decisão de estar com as pessoas, ouvi-las e tentar chamá-las à própria política importantíssima, pois dependiam política quer quisessem, quer não. Posteriormente leu:

“Vai, finalmente e após uma interrupção de sete anos que nunca devia ter acontecido, voltar a Vilar de Mouros o mais antigo e mítico festival de música do país, em boa hora criado, em 1971, pelo grande e saudoso vilarmourense, Dr. António Augusto Barge.

Será nos próximos, muito próximos mesmo, dias 31 de julho, 1 e 2 de agosto, conforme anunciado em primeira mão pelo Senhor Marco Reis – Presidente da Direção da AMA – Associação de Amigos do Autismo, de Viana do castelo, aquando da apresentação para aprovação em Assembleia de Freguesia de 30 de julho de 2013 de uma proposta de protocolo elaborada conjuntamente pelos executivos camarário e de freguesia de então, ambos do PSD, e aquela entidade, com vista à realização de quatro edições de festival, de 2014 a 2017.

O protocolo foi, naturalmente e dada a correlação de forças na altura, aprovado, mas as críticas foram muitas e, quanto a mim, pertinentes, não só em relação a grande parte do seu conteúdo como, sobretudo, à inoportunidade da data da sua apresentação, a menos de dois meses das eleições autárquicas de 29 de setembro. Relativamente ao documento em si, o mesmo tem lacunas graves, está repleto de ambiguidades e coloca a freguesia em posição de grande fragilidade em relação aos outros dois membros da troica: Câmara e organização. Sem entrar em pormenores,



Câmara Municipal de Caminha

direi apenas que o único benefício que o clausulado garante à Junta é o recebimento, da AMA, de 10 mil euros, 60 dias após cada edição de festival, mais mil ingressos para distribuir gratuitamente pela população residente, sem, todavia, especificar se é para a totalidade dos dias ou apenas para um. Há também 10 mil a receber do município para requalificação das estruturas existentes no recinto e a construção de outras, só que, estranhamente, o incumprimento desse ponto, e cito, “não constitui motivo de resolução do presente protocolo”. Por outro lado, consta de outra cláusula que, caso haja incumprimento, pelo município ou pela freguesia, ambos ficam solidariamente responsáveis pelo pagamento à AMA de, e volto a citar, “todas as despesas que a mesma tiver por causa e por conta do Festival”. Dito de outra maneira, a freguesia pode vir a ser também responsabilizada por incumprimentos da Câmara e, se as coisas correrem mal, ter ainda de pagar mais do que aquilo que recebe.

Pela minha já larga experiência como autarca e pelo conhecimento que adquiri da forma de agir do anterior poder municipal e, muito especialmente, da sua líder, todas estas ambiguidades e indefinições (e muitas outras poderia acrescentar), não aconteceram por acaso. O protocolo, elaborado à pressa em período de pré-campanha eleitoral por quem dava quase como adquirida a vitória das suas cores para o município, mas tinha muitas dúvidas sobre o que iria acontecer na freguesia, foi redigido com elasticidade suficiente para poder ser adaptado a todo o tipo de uso, em função das maiores ou menores simpatias pelas pessoas que viessem a ser eleitas em Vilar de Mouros.

Quanto à urgência em se aprovar e assinar o protocolo naquela altura e não se poder esperar pelas eleições foi então justificada pela necessidade de se começar, de imediato, a contactar as melhores bandas, enquanto disponíveis, já que a AMA pretendia fazer do Festival de Vilar de Mouros 2014 um grande êxito, com o melhor cartaz a nível nacional, de forma a relançá-lo e a atrair os patrocinadores. Pois se assim era, e eu nem me atrevo a duvidar das boas intenções de uma associação que deve merecer todo o nosso respeito, hoje já nem ao mais crédulo lhe passa pela mente que isso ainda venha a ser possível.



Câmara Municipal de Caminha

Bem, mas, tudo isto já passou, é história e se o recorde é porque me parece importante como forma de nos situarmos no presente, prepararmos o futuro e evitarmos a repetição de erros do passado. Hoje a situação alterou-se profundamente, tanto no município como na freguesia, com outras forças partidárias, outras pessoas e outras vontades. Ao novo executivo camarário caiu-lhe uma criancinha no colo... que nem registada se encontrava, soube-se depois. Já o foi... ainda bem. Agora que cresça, que seja feliz e que a violência doméstica que acabou por vitimar a sua irmã mais velha, falecida aos oito anos de idade (1999 – 2006), nunca mais se repita. Acredito que assim vai ser porque, tudo o indica, existem, finalmente, condições políticas e humanas favoráveis a uma coexistência pacífica, cooperante e frutuosa, já bem visível, em prol do desenvolvimento e do bem-estar geral da população. O bom êxito do festival passará, também, por aí e pela capacidade que todos os responsáveis envolvidos venham a demonstrar para, através do diálogo e da busca de consensos, encontrarem as soluções mais adequadas à resolução de um vasto conjunto de problemas que, inevitavelmente, sempre aparecem em grandes eventos como este, no interior de uma freguesia como a nossa. Atrevo-me a deixar aqui uma sugestão: comecem por, em sintonia com a AMA, como entidade organizadora, proceder à revisão, melhoria e clarificação de um protocolo que deixa muito a desejar e foi idealizado e assinado por uma maioria que já não existe.

Para 2014 e por tudo aquilo que transparece, o lindo sonho do Senho Marco Reis deverá ser para esquecer, mas, quem sabe, podem ainda surgir algumas surpresas agradáveis nos cerca de dois meses que faltam. Note-se que, desde o seu lançamento, em Lisboa, quase há dois meses, com o anúncio da participação dos portugueses Xutos & Pontapés, José Cid, Capitão Fausto e Trabalhadores do Comércio, apesar de ter saído na comunicação social que seriam dados a conhecer, poucos dias depois, os nomes das bandas estrangeiras... nada mais se soube. No entanto, e na última edição do caminha2000, consta que o Senhor Presidente da Câmara, e passo a citar, “mostrou-se confiante no desempenho da empresa chamada a apoiar o evento (*Everything is New*), justificando o atraso no anúncio de



Câmara Municipal de Caminha

mais bandas... como uma «estratégia de comunicação» da parte da organização”. Essa edição do jornal acrescenta ainda que a estratégia poderá passar pela presença em Vilar de Mouros de alguns dos participantes no Rock in Rio, a decorrer em Lisboa até ao fim deste mês. Aguardemos, pois.

Curiosamente e para concluir, aqui bem perto, em Paredes de Coura, foram publicadas ontem mesmo, no JN, todas as 25 bandas que compõem a totalidade do cartaz do festival deste ano, que vai decorrer apenas três semanas depois do de Vilar de Mouros, de 20 a 23 de Agosto. Pois, mas... em Paredes de Coura, pelos vistos, todos têm remado para o mesmo lado.”

O **Senhor Presidente**, no seguimento do que o Senhor Basílio Barrocas tinha mencionado, sobre a questão da democracia e dos valores, disse que não consideravam que esta solução das reuniões descentralizadas fosse resolver todos os problemas, pois não iam conseguir corresponder a tudo. Referiu que estes momentos serviam para oferecer uma justificação às pessoas, para o executivo perceber, através das intervenções, o que realmente interessava à população e para estabelecerem prioridades. Disse que, deste ponto de vista, era um contributo para a cidadania e ficavam contentes que tivesse boa resposta por parte da população.

Em relação ao festival, referiu que, enquanto candidato, tinha tomado uma posição contra o conteúdo e como o acordo tinha sido celebrado entre a Câmara Municipal, a junta de freguesia e a AMA. Explicou que, quando tinham sido eleitos, tiveram de decidir se iriam continuar o processo ou não, sendo que esta avaliação tinha sido muito rápida e decorrido durante as primeiras semanas. Disse que tinham feito uma avaliação negativa do documento, pois consideravam que o acordo celebrado não beneficiava Vilar de Mouros, não contribuía para o engrandecimento do festival, nem para o concelho e nem servia os organizadores. Referiu que, após a avaliação, tinham percebido que ainda não tinha sido feito nada, existindo apenas uma declaração pública do concelho. Disse que tinham decidido ajudar uma IPSS e avançar com algum trabalho para o regresso de um festival que não existia há sete anos e cujo cancelamento poderia prejudicar o festival durante algum tempo. Referiu



Câmara Municipal de Caminha

que, por isso, tinham estabelecido algumas condições para poderem continuar a trabalhar: em primeiro lugar, o envolvimento absoluto da AMA, da junta de freguesia e da Câmara Municipal; em segundo lugar, a possibilidade de realizar o festival com a expectativa de poderem crescer ao longo dos quatro anos. Explicou que teria de se proceder a algumas alterações, tendo sido substituídas as pessoas que trabalhavam na logística, recolha de patrocínios e apoio, responsáveis pelas bandas, mantendo-se apenas a instituição a apoiar. Esclareceu que isto não tinha sido um capricho da Câmara Municipal, mas resultante da análise realizada, que tinha sido subscrita pela AMA. Referiu que, posteriormente, tinham registado o nome e começado a trabalhar, embora a velocidades distintas. Esclareceu que a questão das bandas não era da responsabilidade nem da junta de freguesia, nem da Câmara, mas sim pelo Senhor Álvaro Covões, da *Everything Is New*. Disse que tinham confiança que este iria garantir o sucesso do festival, tendo esclarecido que só começaria a fechar contratos quando o *budget* estivesse disponível. Referiu que era diferente trabalhar com orçamentos distintos, pois podiam ter mais interesse investir muito numa banda e menos noutra. Mencionou que, em termos de estratégia de comunicação de bandas, tinham quase tanta expectativa e sabiam quase tanto como o grande público, porque era muito fácil a informação sair. Disse que gostaria de ter um processo tão consolidado e preparado há tempo suficiente que permitisse transmitir essa informação, no entanto tinha sido esta a estratégia gizada perante a construção de um novo desafio em tão pouco tempo. Disse que esta estratégia tinha permitido consolidar o festival, sendo que, apesar de provavelmente este ano ser o pior festival dos próximos quatro anos, serviria para catapultar os próximos anos.

Referiu que o que dizia respeito à parte da Câmara Municipal e da junta de freguesia estava a ser feito, nomeadamente o trabalho de consolidação e preparação do recinto do festival. Explicou que os técnicos tinham estado a preparar a estrutura do festival, por exemplo onde iriam ficar os acampamentos, os balneários, a ponte, todas as passagens, zona de emergência, cuidados com as zonas adjacentes, entre outros. Referiu que estas matérias estavam a avançar, sendo que na semana anterior tinha tido uma reunião com o comandante operacional sobre questões de



Câmara Municipal de Caminha

segurança. Explicou que havia propostas de várias ordens, sendo que um dos responsáveis por uma área relacionada com a prevenção de riscos presente, o enfermeiro Hélder, estava interessado em colaborar com a Câmara no festival.

Referiu que uma das matérias que ainda não estava concluída, e na qual o Senhor Presidente e o Senhor Presidente da Junta tinham alguma divergência, tinha a ver com a questão do novo protocolo. Relembrou que não concordava com o primeiro protocolo e referiu que, nesta questão, a junta estava dependente da Câmara, pois não podia fazer o protocolo sozinha. Explicou, em relação à sua posição, que já tinha discutido quer com o Senhor Carlos Alves, quer com a AMA sobre as condicionantes do próximo festival. Disse que este deveria ter um financiamento ligado a um valor fixo, mas que, a partir de um determinado número de bilheteira, pudesse crescer, beneficiando o próprio Vilar de Mouros. Disse que era a favor de que o festival tivesse uma componente ligada à recuperação do património e sua potenciação, que tinha a ver com algumas matérias sobre as quais tinham falado, como por exemplo, sobre o centro cívico em Vilar de Mouros. Disse que considerava importante que as instituições pudessem beneficiar de algum modo disto, por exemplo, alugando autocarros para fazer parte dos circuitos de transporte de Vilar de Mouros e as duas vilas ou praias e explorando parques de estacionamento nos dois lados do rio Coura. Disse que iria assumir o protocolo quando tivesse uma imagem clara sobre o festival, nomeadamente o que ia acontecer e como e de que modo esta edição podia catapultar o futuro das próximas edições. Disse que era um risco financeiro calculado, porque estas obras iriam sempre beneficiar Vilar de Mouros.

Disse que o *Rock in Rio* justificava um primeiro atraso no anúncio das bandas, tendo sido uma estratégia de comunicação, pois, perante o esforço mediático do Rock in Rio, não tinham considerado que era o momento mais adequado. Disse que quem estava a trabalhar nisto era a RTP, sendo que já se viam alguns *spots* indicativos. Para além da RTP, também a Partners estava a trabalhar nesta matéria, assim como os CTT, no entanto o parceiro institucional mais forte era a Casa da Misericórdia, sobretudo através dos jogos, pois tinha entrado com uma fatia financeira muito



Câmara Municipal de Caminha

considerável. Disse que, em relação à marca mais forte, havia a dúvida sobre se esta estaria associada ao nome do festival ou não, por motivos financeiros; se fosse suficientemente forte e os apoios estivessem garantidos, ficaria o nome da marca associada ao nome de Vilar de Mouros (como no caso do *Optimus Alive*); se não fosse suficiente, ficaria apenas o *sponsor* principal.

Referiu que este era talvez o projeto mais transversal em termos de trabalho na Câmara; disse que iam fazer este trabalho e esperar que passasse o *Rock in Rio* para poderem conhecer as bandas, tendo sempre consciência de que este era um projeto a quatro anos. Disse que o empenho da Câmara e da junta de freguesia era total e que, em termos de horas despendidas, a junta de freguesia e o Senhor Presidente da Junta deviam ser os que mais tinham estado no terreno com as pessoas para que as coisas pudessem ser bem sucedidas.

Referiu que as questões das zonas adjacentes e da mobilidade também estavam a ser tratadas. Explicou que a ideia era criarem uma zona à volta do festival que estaria muito condicionada à passagem das pessoas e ao uso da via pública, embora tivesse de existir uma solução para os moradores da zona. Explicou que ia haver um condicionamento forte que tinha a ver sobretudo com a estrada de Covas para Caminha, porque ia ser a primeira vez que iam ter o festival com a saída da autoestrada. Referiu que iam ter de criar uma solução, porque a partir da rotunda da A28 não ia ser possível o trânsito circular para Vilar de Mouros, portanto este teria de ser desviado para o lado de Argela. Mencionou que ia ser um desafio muito grande, sendo que a GNR estava um pouco preocupada, no entanto estavam a tratar da questão e a zona de aproveitamento do espaço era fundamental. Referiu que realizar um evento desta dimensão ia ter repercussões, no entanto era importante Vilar de Mouros ter um espaço que pudesse potenciar a freguesia.

A **Senhora Amélia Guerreiro** referiu que o centro de convívio de idosos funcionava há vários anos, no entanto não desenvolviam atividades para estimular os idosos. Propôs que a Câmara Municipal arranjasse um monitor que pudesse proporcionar atividades, de artesanato, pintura ou outras atividades, para que os idosos se



Câmara Municipal de Caminha

sentissem ativos e com vontade de desenvolver algo que pudessem vender ou expor. Em segundo lugar propôs que se realizasse a limpeza das margens do rio Coura, pois era impossível lá nadar ou navegar. Referiu que deviam acabar com este tipo de licenciamento que impedia que os proprietários limpassem as margens e cortassem árvores. Explicou que existia um amontoado de eucaliptos e austrálias junto às margens do rio e que estas eram espécies invasoras. Disse que deviam arranjar vegetação autóctone que segurasse as margens do rio. Referiu que tinham um grupo de voluntários que poderia ajudar nesta limpeza, assim como os proprietários dos terrenos. Depois de realizado este trabalho, poderiam criar um percurso pedonal de Caminha a Vilar de Mouros, para que os turistas se sentissem atraídos a visitar Vilar de Mouros.

O **Senhor Presidente** deu a palavra à Senhora Sónia Fernandes, uma vez que a sua intervenção partilhava um dos temas com a anterior.

A **Senhora Sónia Fernandes** saudou os presentes e felicitou o executivo pela oportunidade dada para exporem os problemas das freguesias. Referiu que muitas vezes as questões colocadas iam ao encontro do que o Senhor Presidente tinha referido, mas às vezes as pessoas tinham outros anseios que não eram os que o executivo considerava prioritários.

Em primeiro lugar, como o Senhor Presidente da Junta tinha referido, disse que, quando tinha sido feita a inspeção à carrinha utilizada para transporte escolar, tinham sido informados de que seria o último ano em que a carrinha poderia circular para realizar este serviço. Perguntou se a Câmara tinha pensado em algo para dar continuidade ao mesmo. Em segundo lugar, disse que havia uma preocupação muito grande com a contaminação do rio Coura, relacionada com os episódios de descargas das minas de Valdarcas e com a mortandade dos peixes ocorrida. Referiu que tinham sido recolhidas amostras, no entanto acreditava que não tinham sido muito conclusivas. Perguntou se o executivo estava a dar continuidade à recolha de amostras, para que se pudesse proceder à candidatura da praia fluvial e até à



Câmara Municipal de Caminha

bandeira azul e que o concelho pudesse beneficiar de uma praia fluvial com segurança e qualidade.

O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente, para responder às questões sobre o rio e a qualidade da água, e à Senhora Vereadora Ana São João, para falar sobre o centro cívico.

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido** saudou os presentes e referiu que a questão colocada sobre o rio Coura era sobre um problema que infelizmente existia um pouco por todo o lado. Disse que, efetivamente, as margens dos rios estavam todas muito mal tratadas, por isso achava bem que reivindicassem intervenções. Disse que muitos dos problemas das margens dos rios ocorriam porque ou havia espécies invasoras que não eram devidamente controladas ou espécies autóctones que não eram bem conduzidas. Disse que isto tinha de ser conduzido com equilíbrio, porque, apesar de ao se aliviar as margens de algumas espécies arbóreas ou arbustivas facilitar-se a drenagem das areias e dos sedimentos que o rio trazia, se a questão não fosse bem gerida, as margens sofreriam consequências dramáticas. Referiu que não considerava que a questão de terem de pedir autorização para fazer esta gestão fosse um fator impeditivo e mencionou que era importante existir um núcleo mobilizado para se realizar essa intervenção, pois considerava que a melhor solução seria aproveitar as iniciativas locais e começar a fazer localmente esse tipo de intervenção. Disse que estava completamente disponível para utilizar alguma margem de influência que tivesse nesta matéria, no entanto também era necessário desenvolver-se uma ação no sentido da educação ambiental, porque a questão das espécies invasoras era fácil de resolver, o problema era quando se lidava com espécies de elevado interesse económico, como o eucalipto. Disse que não havia dúvida de que a regularidade dos cursos de água dependia dos habitats dos rios, que eram altamente protegidos, não só em termos da regularização dos cursos dos rios, mas também pela importância que tinham na preservação da biodiversidade, porque também estavam em causa espécies de anfíbios e répteis, espécies



Câmara Municipal de Caminha

altamente importantes na regulação da fauna e flora. Concluiu que estavam disponíveis para, junto das respetivas entidades reguladoras, apresentar propostas de intervenção.

Quanto à questão sobre a análise da água do rio Coura e designação de praia fluvial, disse que, efetivamente, no ano passado tinham sido feitas análises entre agosto e finais de setembro, duas vezes por semana, em dois locais, na praia fluvial das Azenhas e na praia fluvial junto à ponte. Disse que os resultados obtidos tinham sido bastante bons relativamente aos valores de referência, quer para a criação de uma praia fluvial, quer no que dizia respeito à bandeira azul. Disse que estas análises não tinham permitido que este ano tivessem realizado uma candidatura a praia fluvial, porque esta deveria ser feita com base em análises feitas em dois anos, cobrindo toda a época balnear. Disse que iam repetir as análises este ano e ver se, com as análises deste ano e as do ano passado, seria possível candidatar a praia. Referiu que considerava importante que as praias tivessem visibilidade e os apoios necessários e controlos necessários, pois era uma forma de garantir a qualidade do que ofereciam. Referiu que a única coisa que o preocupava nos resultados do ano anterior era o facto de haver irregularidades nos valores, às vezes dentro da mesma semana. Disse que, embora estes valores fossem sempre aceitáveis, tinham de descobrir qual era a sua causa, porque também era necessário fundamentar a qualidade. Referiu que teriam de tratar deste assunto com a freguesia, porque tinham de tomar determinadas decisões, como por exemplo que praia iriam candidatar e ver como iam fazer esse controlo nos dois locais.

A **Senhora Vereadora Ana São João** cumprimentou os presentes e disse a questão do centro cívico tratava-se de uma preocupação que a junta de freguesia já tinha expressado, nomeadamente que gostaria de que houvesse outras atividades e que necessitava de alguma colaboração por parte do município. Referiu que estavam a preparar alguns recursos humanos que conseguissem dar resposta a esta questão, não só para o centro de convívio, mas também para outras instituições e associações com algum défice nesta matéria. Em relação ao transporte escolar,



Câmara Municipal de Caminha

disse que também tinham feito chegar a preocupação relativa à validade do transporte escolar. Disse que tinham de reunir esforços de modo a que esta resposta fosse dada a tempo suficiente ao dispor dos encarregados de educação, pais, professores e alunos. Disse que esta matéria estava a ser seguida de perto pelo Senhor Presidente da Câmara, por isso não tinham de se preocupar.

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido** retomou a sua intervenção, porque não tinha referido a questão dos percursos pedestres. Referiu que, em vez de criarem percursos muito infraestruturados, uma vez que estes, apesar de ser relativamente fácil arranjar financiamento para os criar, eram muito difíceis de manter. Disse que considerava mais interessante utilizar os percursos que existiam e fazer uma manutenção que permitisse que as pessoas circulassem na natureza.

O **Senhor Presidente** referiu que existia um projeto, candidatado pelo anterior executivo e trabalhado com a POLIS Litoral Norte, que previa um circuito ciclável que iria de Vilar de Mouros a Caminha. Disse que, segundo a interpretação das entidades que geriam toda a zona ribeirinha do Coura, não seria possível avançar com este tipo de via na zona de Vilar de Mouros e Argela. Referiu que a matéria que ganhava mais força era a que o Senhor Vereador tinha acabado de transmitir. Disse que a parte que dizia respeito às freguesias de Venade, Vilarelho e Caminha estava em pé no âmbito do que se pretendia fazer nesta ciclovia, apesar de haver alguns problemas relativamente à identificação de proprietários na zona de Vilarelho, descobertos no seguimento do levantamento topográfico realizado.

Em relação ao transporte escolar, mencionou que a junta de freguesia tinha reiterado que este era um assunto premente, sendo que teriam de o resolver nas próximas semanas.

Posteriormente, deu a palavra à Senhora Cristina Barrocas, no entanto verificou-se que esta não estava presente, por isso chamou a Senhora Julieta Alves.

A **Senhora Julieta Alves** leu:



Câmara Municipal de Caminha

“Saúdo todos os presentes e agradeço ao executivo do Município de Caminha, presente nesta sala, por esta reunião descentralizada, é a primeira vez que um Presidente e os seus vereadores vêm ter connosco. Obrigado Senhor Presidente por esta iniciativa.

O assunto que me traz a este parlatório, penso que também será vossa preocupação. Necessitamos, Senhor Presidente, de saneamento na nossa freguesia, necessidade básica dos nossos tempos, anseio desta população. Em pleno séc. XXI, as águas residuais que a nossas casas produzem, com especial incidência para águas das máquinas de lavar, vão provocando, ora aqui, ora ali, escorrências superficiais, que os nossos sistemas tradicionais de saneamento já não conseguem dar resposta. Num tempo em que as questões ambientais dominam, também esta situação deverá ser pensada nessa perspetiva, estas águas também elas têm impacto ambiental. Gostaria, Senhor Presidente, que nos dissesse alguma coisa sobre este assunto.

Outra questão que trago a esta reunião prende-se com a Casa do Barrocas. Esta casa é propriedade da freguesia de Vilar de Mouros, necessita de obras cujo custos se tornam inoportáveis para os orçamentos da freguesia. Pergunto então, Senhor Presidente, se poderia haver algum programa comunitário, ou outros tipos de fundos, que pudessem ajudar a resolver esta situação.

E também queria fazer um pedido, Senhor Presidente, para os habitantes mais novos desta terra, para as nossas crianças. Temos um Centro Escolar, com um número considerável de crianças, e não temos parque infantil. Pense pois, Senhor Presidente, neste pedido que nós lhe estamos a fazer. Obrigada.”

O **Senhor Presidente** deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente, para responder à questão sobre o saneamento.

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido** disse que a questão do saneamento tinha sido reportada pelo Senhor Presidente da Junta. Referiu que havia um projeto de saneamento para Vilar de Mouros que estava a ser desenvolvido desde o anterior



Câmara Municipal de Caminha

executivo para o poderem candidatá-lo a fundos comunitários, pois era um projeto de alguma envergadura. Referiu que a Eng.^a Angelina era a responsável por essa área no município e poderia dar mais pormenores sobre o projeto. Disse que concordava com a Eng.^a Julieta Alves, pois era inadmissível, nos tempos de hoje, que não existisse uma rede de saneamento em núcleos urbanos de alguma dimensão, como era o caso. Referiu que estas redes tinham de ser feitas paulatinamente, mas estavam a trabalhar para poder candidatar o projeto a financiamento.

O **Senhor Presidente** referiu que tinha conversado sobre a junta de freguesia sobre o anseio de não existir um parque infantil, sendo que teriam de encontrar alguma solução. Em relação à Casa Barrocas, disse que considerava que a freguesia tinha tudo a ganhar com uma ligação forte entre o momento do festival e a preservação e valorização do centro da freguesia. Referiu que tinha conversado com a AMA sobre a importância de significar de forma mais perene o legado do festival, para que Vilar de Mouros pudesse ter algo que apelasse à visita e à visibilidade, e da possibilidade de a Casa Barrocas beneficiar de algum financiamento proveniente do festival. Disse que para beneficiarem de apoios comunitários teria de haver um projeto sólido, pois a Câmara não tinha capacidade de investimento, já que tinha de fazer face às suas próprias despesas. Disse que hoje em dia este tipo de investimento só fazia sentido com a ajuda de fundos comunitários, no entanto parecia que o quadro que iria perdurar até 2020 ia ser atribuído preferencialmente a entidades privadas, pois havia alguma desconfiança relativamente às autarquias. Acrescentou que a partir de 2020 provavelmente não viria nenhum quadro comunitário para Portugal, por isso tinham de aproveitar isto com inteligência.

Por fim, disse que se queria despedir dos presentes e dizer que estes momentos eram de facto muito importantes para a Câmara Municipal, pelo contacto que tinham com as pessoas e para perceberem, pelos temas abordados, quais as questões fundamentais segundo os intervenientes. Referiu que as matérias apresentadas pelos cidadãos nestas reuniões não diziam diretamente respeito às suas vidas



Câmara Municipal de Caminha

privadas, mas sim a toda a freguesia. Disse que isto era muito importante, porque queria dizer que, hoje em dia, as pessoas estavam preparadas para debater sobre o seu futuro coletivo. Disse que havia de facto um potencial em Vilar de Mouros que não existia em lugar nenhum, nomeadamente a força ligada ao festival. Referiu que havia concelhos e cidades no país que dariam tudo para ter a força da marca de Vilar de Mouros, que era fundamental e podia ajudar a prestigiar todas as outras atividades que pudessem surgir, e que às vezes ultrapassava a força do município. Agradeceu a presença de todos e disse que voltariam dentro de 14 meses, para serem avaliados pelas respostas que tinham dado, pelo trabalho realizado e capacidade de resposta aos problemas. Referiu que essa avaliação nem sempre era simpática para a Câmara, mas servia para perceberem que às vezes havia urgência em matérias desvalorizadas enquanto outras eram sobrevalorizadas. Disse que isto só se percebia estando com as pessoas, ouvindo-as e partilhando as suas preocupações, o que nem sempre era fácil.

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 20 horas e 25 minutos, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei.

Paços do Município do Concelho de Caminha, 28 de maio de 2014

ASSINATURAS:

O PRESIDENTE DA CÂMARA

(Luís Miguel da Silva Mendonça Alves)



Câmara Municipal de Caminha

A SECRETÁRIA

(Anabela Pereira Monteiro)